



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para o Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, realizada no dia 09 de dezembro de 2015, às 18 horas, em Bertiooga / SP.

Realizou-se no dia 09 de dezembro de 2015, às 18 horas, no 27 Praia Hotel – Salão Itaguapé, na Rua João Ramalho, 820, Centro, Bertiooga/SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Aproveitamento da Bacia do Rio Itapanhaú para o Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo”, de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (Processo IMPACTO 166/2015). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patrícia Iglecias**, saudava e dava boas-vindas a todos os presentes, de modo especial à senhora Marisa Roitman, Secretária do Meio Ambiente e o senhor Ivan de Carvalho, vereador licenciado, Secretário da Educação, ambos de Bertiooga, aos empreendedores, aos consultores, e todos os que vieram aqui nesse final de tarde para esta audiência pública. A audiência pública como o nome diz é um evento aberto a qualquer interessado em que um projeto é apresentado para que dele se formulem eventuais críticas, contribuições, a opinião que tenham acerca da proposta feita com vistas a melhorar o próprio projeto. Expôs as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar à apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados pela equipe de consultoria sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra os representantes do Ministério Público, as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que se manifestam em seu próprio nome, por representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS, da área de influência do empreendimento, representantes do Poder Legislativo, que não podem ser representados, e em seguida, aqueles que representam o Poder Executivo. Esclareceu que tudo que aqui for dito será registrado, e no final integrará uma ata que será juntada ao processo. Além disso, informou que qualquer interessado tem 5 dias úteis para encaminhar ou protocolar na CETESB, por meio de correspondência registrada, qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e pela geógrafa **Iracly Xavier da Silva**, que é assistente executiva da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a quem convidava para compor a mesa. Cumprimentando a todos disse que o licenciamento ambiental é dividido em três fases. Neste momento o empreendimento se encontra na análise de sua viabilidade ambiental para posterior, e com base nos estudos, a emissão da licença prévia. Nessa licença prévia existem condicionantes ambientais, exigências que, se atendidas, permitem a outra fase do licenciamento, que seria a licença de instalação que por sua vez também contam com condicionantes para a próxima fase de licenciamento. Todas as contribuições dessa audiência pública serão incorporadas no processo de análise do empreendimento. **Sílvio Leifert**, engenheiro civil e superintendente de gestão de empreendimentos da Sabesp, discorreu sobre o projeto, breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos. **Vera Pastorelo**, arquiteta, da Prime Engenharia e Comércio Ltda, representando a equipe que elaborou o EIA/RIMA, empresa responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos

Página 1 de 5





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

recursos hídricos, no patrimônio arqueológico e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. E citou que nos estudos apresentados constatarem uma alta riqueza florística, identificadas 430 espécies principalmente pela conexão com o Parque da Serra do Mar. Passou-se à etapa a em que o público se manifesta: **Ícaro Camargo** do Movimento Bertioiga Para Todos, pediu um minuto de silêncio pela morte da competência em gestão de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Solicitou um pouco mais de prazo para protocolar documentos na CETESB e de mais audiências públicas. Ponderou que os estudos são insuficientes, o RIMA, por exemplo, com 86 páginas carece muito de estudos na região, principalmente no Parque da Serra do Mar, no recém-criado no Parque da Restinga, e não foi citado Parque Municipal da Rio da Praia. Cobrou da SABESP medidas sérias para resolver o problema que seja proposto na indústria, circuitos fechados, ciclos fechados, para que a água que a gente está mandando puríssima não vire esgoto lá em cima e depois jogado na Billings. E sugeriu que o lucro da SABESP deveria ser reinvestido e não dividido para acionistas. **Paulo Groke** do Instituto Ecofuturo de Bertioiga, se preocupou com isenção nas colocações da consultoria contratada falar como a própria empreendedora e também um erro da Prime ao justificar a obra baseada em outras não realizadas no passado. E sua preocupação é com a diminuição da vazão. Durante a obra vai ser necessária a operação de geradores, um risco que não foi colocado, que é o impacto da poluição acústica. E defendeu a anuência da Fundação Florestal, tendo em vista o impacto direto, tanto do Parque Estadual Serra do Mar como no Parque Estadual Restinga de Bertioiga. A gente sabe de toda a pressão política que existe para que a água seja captada onde ela estiver e que ritos sejam superados. Defendeu que a isenção é a garantia de que os técnicos da Sabesp, da Cetesb e da Fundação Florestal analisem com qualidade este RIMA. **Sandro Casarini**, do Sesc e do Coletivo Educador do município de Bertioiga, falou que a população foi abarcada com essa obra e com sua divulgação em no máximo 15 dias e não tem possibilidade de fazer um estudo sério com a participação do cidadão do município, e por isso pede por mais as audiências públicas. **Fabrizio Gandini**, do Instituto Maramar, falou que trabalha voluntariamente na Câmara Técnica de Análise de Empreendimento, do Comitê de Bacias Hidrográficas onde está há sete anos, que está tudo muito atropelado, há dois dias a empresa havia combinado de apresentar este estudo no Comitê, e dois dias depois, anuncia a audiência pública em Bertioiga o que vê como absoluta incompetência da área de comunicação da Sabesp. Aliás, a Sabesp e o Estado de São Paulo têm sido muito reticentes em ouvir esses coletivos. E citou o exemplo do Guaratuba, uma obra que até hoje não passou no Comitê de Bacias, é um processo de falta de transparência que vai trazendo muita falta de credibilidade para a sociedade. Citou o fato que 30% dos vazamentos nos canos acontecem e a gente não sabe de investimentos para conter esses vazamentos, e nem outras medidas mais inteligentes, de ordem até individual das casas, de captação de água de chuva e tal. E perguntou para a consultoria ou a Sabesp apresentar o mapa com todas as outorgas da região, e os limites das outorgas para se saber o que está sendo proposto de captação, se de fato, não afeta as outorgas. O DAEE é um órgão do Estado que foi sucateado e não há conhecimento sobre vazão, como pode emitir com base técnica, de conhecimento e jurídica para fazer essas leituras de captação, e em sua opinião, a consultoria falhou em não apresentar o monitoramento da vazão pré e pós. E perguntou ao secretário-executivo do CONSEMA se com abaixo-assinado de 50 pessoas pode se reivindicar uma audiência pública. **Valdizar Albuquerque**, presidente do partido PHS de Bertioiga disse que o que ficou claro nessa audiência foi uma má gestão dos recursos hídricos, que isso ficou provado através da CPI que o Partido Humanista da Solidariedade abriu na Cidade de São Paulo, e após quase um ano de estudos e pesquisas, e investigações se concluiu as suas diversas falhas, onde a Sabesp fornece água e não trata dos resíduos. **Ditmar Schmidt**, da ONG Crescer de Bertioiga falou que acompanha a incompetência da Sabesp desde a década de 1960 e 1970, o Projeto Sanegran, por exemplo, que começou e nunca terminou, é uma empresa que desrespeita essa cidade, não fornece água boa para muitos bairros. Posicionou-se contra, tirar água limpa para jogar para São Paulo sujar, como o que se vê nas cidades

Página 2 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de Pirapora do Bom Jesus e de Salto. **Lúcia Maria de Campos** lembrou que Bertioga tem 84% de área de preservação ambiental que vai ser altamente afetada, é contra, que São Paulo que encontre outra solução. **Marcos Amâncio** exemplificou com a justificativa do empreendimento, no seu último parágrafo “no aspecto operacional, a reversão da Bacia do Rio Itapanhaú deve continuar a garantir o abastecimento de Bertioga e preservar as condições dos ecossistemas de restinga e do mangue” numa tentativa de que o empreendimento é bom. Não acredita e que o Governo do Estado, assombreado pela Sabesp, está enxugando gelo. Sugeriu que os empreendimentos futuros sejam autossustentáveis e que a água de reuso seja fator primordial. **José Carlos Francisco**, perguntou a Sabesp qual vai ser a contrapartida para o município pelo tratamento da rede de esgoto e a de água. **Guilherme Rocha Dias** se referiu à localização da obra, a jusante há espécies extremamente importantes e sensíveis. Perguntou quanto à vazão do Rio das Pedras e do Rio Sertãozinho que formam o Rio Itapanhaú. **Priscila Velloso**, disse que morou em algumas cidades e a conclusão que tira é que o trabalho da Sabesp é uma fraude. A estratégia de que vai salvar São Paulo, não vai. Como a Sabesp deixou chegar a esse cúmulo, com um monte de projeto emergencial sem estudo, com estudos rasos. E se posicionou contra doar a água que abastece os rios do município para abastecer São Paulo. **Quirino Alves Carneiro Filho**, na sua fala ratificou vários pontos colocados, mencionou que em breve vai ter um túnel ligando Santos, Guarujá ao litoral norte, e se preocupou com a quantidade de pessoas, com os novos loteamentos, com a verticalização e pela revisão do plano diretor. E perguntou para quê sangrar a natureza novamente. **Edson Silvestre Vasques**, falou que como morador do Canto do Indaiá, há três anos a Sabesp fez a tubulação de esgoto e o vejo sair da tampa e ir para o mar. Denuncia e ninguém toma providência. **Paulo Velzi**, conselheiro do COMDEMA de Bertioga falou que temos que ser um pouco mais pragmáticos e chama atenção que serão 45.5% da bacia desviada. A vazão total das outorgas de Bertioga foi levantada pelo pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e é de 2.05 metros cúbicos por segundo todas somadas. Disse que acompanha há 30 anos o Rio Itapanhaú, teve vezes de a água quase não chegar às nossas bombas, completamente seca. E pediu que esse monitoramento fosse acompanhado pelo pessoal dos conselhos municipais e do Comitê de Bacias para evitar que aconteça uma desgraça na nossa região. **Thomas Schmidt**, do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Apicultura de Bertioga, disse ser redundante falar, tudo isso ocorre devido a incompetência da gestão de recurso hídrico. Informou que na reunião do Conselho, por unanimidade, são contra a transposição das águas. **José Aldo Favoreto**, conselheiro do COMDEMA de Bertioga, expôs do tempo que viveu em São Paulo, que a impermeabilização foi tomando conta de tudo, as nascentes sumiram. Após o relato do rateio que se dá nas tarifas pelos metros cúbicos consumidos, pediu para a Sabesp repensar sobre os grandes consumidores, para que a tabela seja progressiva, e passem a economizar, não precisando vir retirar a nossa água. **Marisa Roitman**, secretária de Meio Ambiente de Bertioga e presidente do COMDEMA, disse que o Poder Executivo, vê esse projeto com bastante cautela, com pragmatismo, por conta do município de Bertioga ser um produtor de água. O município possui mais de 90 por cento do seu território com cobertura vegetal, com áreas ambientalmente protegidas. Citou a legislação federal que foi repassada ao Estado e agora ao município, que é a questão do pagamento por serviço ambiental - lei do PSA, é um enfrentamento moderno a essa questão, que protege quem é o provedor e quem é o produtor de água, principalmente de distribuição de recursos hídricos, alguns estados estão usando essa prerrogativa legal e acabou restringindo aos aspectos legais estabelecidos na Resolução CONAMA número 1 de 1986, que prevê uma compensação ambiental de até 0.5 por cento do valor do empreendimento, a serem divididos em três unidades de conservação do Estado de São Paulo. Outro aspecto é que existem hoje, na cidade, cerca de cinco projetos habitacionais de grande porte sendo analisados no âmbito da CETESB, correndo o risco no licenciamento ambiental pelo aumento da demanda de água. E também citou o campeonato de pesca esportiva que veio para Bertioga que gera emprego, renda e tributo. **Ivan de Carvalho**, secretário de educação de Bertioga, falou que quando esteve na Câmara Municipal presidiu uma CAE, uma Comissão de Água e Esgoto, que fez um

Página 3 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estudo bastante detalhado de todo o serviço prestado pela SABESP de água e esgoto. O assunto foi amplamente discutido porque a Câmara de Bertiooga tem uma preocupação muito grande com essa questão. Informou que um promotor do GAE moveu uma ação para apurar irregularidades de degradação ambiental decorrente das obras de reforço para o sistema produtor do Alto Tietê anunciadas pelo Governo do Estado de São Paulo para enfrentamento da crise. E que o Supremo Tribunal Federal deu uma decisão no Rio que a questão da água é da metrópole, não da decisão de uma cidade. Essa audiência, é para que a gente possa passar alguns dos ajustamentos do que está sendo conduzido. Citou também que no site do DAAE tem todas as vazões que foram licenciadas no município de Bertiooga, 7.392 metros cúbicos por hora. No rio Itapanhaú está autorizado a outorga de 5.761 metros cúbicos, 1.6 metro cúbico por segundo. Então, colocou que o relatório tem que ser revisto considerando as vazões e as outorgas autorizadas porque isso põe em risco o abastecimento da cidade de Bertiooga. Encerradas as manifestações da plateia, seguiu-se à terceira parte da audiência quando foram chamados a se pronunciar o representante do empreendedor e da consultoria. **Sílvio Leifert**, da SABESP, disse não saber se vai conseguir responder a todos as questões levantadas. Disse que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo investe na Região Metropolitana de São Paulo, não na cidade de São Paulo, e na Região Metropolitana da Baixada Santista. Em particular tem um programa de investimentos de esgoto no município de Bertiooga e investe na Região Metropolitana de São Paulo na questão da coleta. O Projeto de Despoluição do Rio Tietê, como é do conhecimento de todos, os investimentos que a SABESP fizeram passaram de 2.5 bilhões de dólares e continua investindo com o intuito de resolver as questões não tão simples assim, mas os esforços e as obras estão sendo feitas. A previsão esse ano, por exemplo, é ampliar em 5 metros cúbicos por segundo, o tratamento da Estação de Barueri que é a maior estação de tratamento de esgoto da Região Metropolitana de São Paulo. A empresa retira aproximadamente 11 mil litros por segundo da represa Billings para gerar energia, e tem que dar uma descarga para garantir o abastecimento da Região Metropolitana da Baixada Santista. De 2014-2015, em que pese o programa de redução de arrecadação, através do prêmio que é dado por aquele que economizar água, a SABESP manteve um programa de investimento de 2 bilhões de reais contra uma redução de arrecadação de aproximadamente superior a 1 bilhão de reais. Na verdade, a gente precisa ter esse lucro para que a gente possa continuar investindo. Destacou que esse projeto não prevê interferências na bacia do Rio Itatinga. Em relação à energia elétrica, foi levantado o problema dos geradores, que sendo específicos, produzem ruído excessivamente baixos. Sobre o EIA disse que foi protocolado no mês de novembro e tem todo um rito legal que a gente teve que respeitar. Os documentos serão analisados pelas câmaras técnicas, e se colocou a disposição em qualquer fórum para esclarecimentos. Disse que a empresa opera em 366 municípios e a orientação firme da direção da empresa é que se reduza as perdas, o que é um desafio muito grande. Com relação à outorga, foi apresentada para o Departamento de Águas e Energia Elétrica todo um estudo para possibilitar a solução e as vazões que se tem, não se capta quando a vazão for mínima. Explicou que o único manancial existente na cidade de São Paulo é o reservatório do Guarapiranga. A questão do uso industrial da água tem mais ou menos 600-700 litros por segundo destinado para a água de reuso. Quanto às outras questões, a SABESP, como concessionária de abastecimento do serviço público de água e esgoto, não pode interferir nas questões de uso, água de chuva, por exemplo, isso extrapola as responsabilidades da SABESP como empresa, que tem um quadro aproximado de 14.600 pessoas. Existem muitos agentes que a SABESP se submete e aparentemente existe uma descrença. Outro pedido levantado que extrapola a ação da SABESP que é destacar na conta o pagamento pela questão da compensação por ser uma área de proteção de manancial. E falou que não cabe a SABESP definir para qual entidade vai ser destinado os 5% de compensação ambiental, 800 mil reais, e sim a Secretaria do Meio Ambiente. O documento que foi protocolado disse será respondido no processo. **Guilherme Oliveira**, coordenador do EIA, disse sabedor da importância do valor ambiental e ecológico nessas áreas, que foi feito um trabalho conjunto de engenharia de meio ambiente para

Página 4 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

poder reduzir ao mínimo esses impactos. Os elementos que se conseguiram reunir no estudo do impacto ambiental, não é só suficiente apesar de certamente não existirem estudos detalhados sobre as características ecológicas de cada um desses ecossistemas e o que se apreciou especialmente na região do mangue é que o rio varia basicamente a sua vazão entre os valores mínimos em torno de 10 metros cúbicos por segundo até valores em meses mais chuvosos de 30-40-50 metros cúbicos por segundo. Além do que, é importante que o nível da água na região do estuário seja controlado pela maré. Portanto, com os elementos disponíveis, ter segurança ao afirmar de que o empreendimento não trará qualquer prejuízo significativo aos ecossistemas de restinga, de mangue, na região do Parque, mas apenas na zona ribeirinha. Será detalhada na próxima etapa de licenciamento um programa de monitoramento que permita acompanhar, e com transparência, os resultados disponíveis para as entidades, para a CETESB, e quais são os resultados para avaliar se está havendo qualquer impacto significativo. **Iraci Xavier**, da CETESB, falou que a compensação ambiental se dá na Câmara de Compensação Ambiental da SMA, que com Lei do SNUC nº 9985, que só pode ser beneficiada a unidade de conservação que está naquela classificação da lei. Com a questão da manifestação da Fundação Florestal há também uma lista de órgãos que se pede manifestação, o Instituto Florestal, do CONDEPHAAT, às vezes nem manifestações são autorizações. Confessou que para emitir a licença não vai exigir que a SABESP resolvesse todo o problema de esgoto do Estado de São Paulo. **Germano Seara Filho**, respondeu, não sendo necessários abaixo-assinados, que se o empreendimento causar significativo impacto ambiental, obrigatoriamente está sujeito a EIA/RIMA, passa por audiência pública, e aí é normativa do CONSEMA, que é um Conselho Normativo e Recursal do Estado, realizar a audiência pública no município onde acontecem os impactos. Quando os impactos de uma determinada obra atingem mais de um município, as audiências são feitas naqueles onde a incidência dos impactos é maior e quem decide é o órgão licenciador, a CETESB. Assinaram a Lista de Presença 109 pessoas. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, José Mário Nogueira dos Santos, lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.